



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 41ª
(QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE MAIO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Eliana Pedrosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 91, de 20/05/2010, juntamente com a ata sucinta da 41ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 40ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência informa que a ata é cópia fiel das notas taquigráficas, bem como do que foi registrado nessa sessão pelo sistema de áudio, vídeo e som.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGUINALDO DE JESUS - PRB	X		
ALÍRIO NETO - PPS		X	
AYLTON GOMES - PR		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS – PP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
DOUTOR ROBERTO LUCENA - PR		X	
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY – PT		X	
GERALDO NAVES - DEM		X	
JAQUELINE RORIZ – PMN		X	
MILTON BARBOSA – PSDB			X
PAULO RORIZ – DEM		X	
PAULO TADEU – PT		X	
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES	X		
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA - PR	X		
TOTAL	09	14	01


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há *quorum* regimental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, faço constar que o Deputado Milton Barbosa se encontra licenciado, embora presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Milton Barbosa é esforçado e sempre quis mostrar serviço. S.Exa. melhorou e está aqui conosco. De qualquer forma, há *quorum* regimental. Registro, também, a presença do Deputado Batista das Cooperativas.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

A primeira Deputada inscrita é a Deputada Jaqueline Roriz, mas, como S.Exa. está recebendo a comitiva de Deputados da África do Sul, encontra-se na Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Registro a presença do Deputado Geraldo Naves. Portanto, já há *quorum* regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho a esta tribuna na tarde de hoje para criticar o nosso modelo partidário.

A sociedade critica muito hoje a classe política. Existem várias razões para isso, e uma delas é o modelo político partidário falido. As pessoas não acreditam em partido político. Nossa Constituição Federal é falha quando diz que todos são cidadãos e todos podem votar e ser votados. É mentira! Só pode ser votado quem é filiado a um partido político. Se mais da metade da população brasileira não acredita em nenhum partido, de duas, uma: ou a pessoa mente que acredita em um partido, para ser candidato, ou ela não é candidata, ou seja, não pode ser votada.

Nós vivemos em um estado democrático de direito, mas não vivemos em um estado democrático de fato, por esse e por outros motivos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Eu penso, Sr. Presidente, que esse modelo que está aí está completamente falido. Eu penso que deveria ser, inclusive, apresentado no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que permitisse a pessoa ser candidato avulso, como existe nos Estados Unidos e em vários países da Europa Ocidental, ser candidato sem ser filiado a nenhum partido. Na eleição de 1992, nos Estados Unidos, na primeira eleição onde foi eleito Presidente o candidato democrata, Bill Clinton, ele tinha dois oponentes: o ex-Presidente George Bush pai, e o candidato independente, sem ser filiado a nenhum partido, Ross Perot. Ele foi eleito, e o candidato independente teve uma votação expressiva. Por que, no Brasil, a pessoa para exercer a sua cidadania em toda a sua plenitude tem que ser filiada a um partido?

Eu quero dizer o seguinte: tenho nojo dos partidos políticos que a gente tem, da forma como se faz política partidária. Digo isso com toda clareza, sem nenhum medo de punição do meu partido. Aliás, estive desde o início deste mandato numa linha contrária ao meu partido, tanto no plano federal quanto no plano local. No plano federal, defendia que meu partido ficasse independente, que não fizesse parte da base do Governo; no plano local, defendi que o meu partido, também, não fizesse parte da base do Governo. Mantive-me aqui como Oposição. Votei várias vezes aqui contra a orientação do meu partido. Aliás, disse a eles: se quiserem, vão buscar meu mandato na Justiça, não digam que o mandato é do partido.

Então, a minha consciência está tranquila como cidadão. Agora, eu penso que esse modelo tem que mudar. Os partidos políticos não podem ser o que são, existe uma ditadura das cúpulas do partido, muda-se o tempo de televisão como querem, distribui-se o tempo de televisão da forma que querem. Muitas vezes usam a máquina partidária para proveitos não tão claros, para privilegiar A ao invés de B, tirando, inclusive, a igualdade de condições entre os candidatos dentro do mesmo partido. Isso não pode continuar, é preciso uma mudança nesse sistema político, é preciso que se acabe com a ditadura das cúpulas partidárias. Aliás, para quem defende voto em lista, eu quero dizer uma coisa de forma clara: isso, inclusive, é golpe contra a democracia, porque vai dar um poder para as cúpulas partidárias imenso. Se se critica que se compra voto hoje, vai ser muito mais fácil depois: é só o "bandidão" chegar lá e comprar os votos de quem vai votar na convenção, vai ter que comprar menos gente.

Então, eu penso que a coisa mais bonita que existe na política são as pessoas defenderem o que pensam, as suas ideias, o que acreditam, as suas convicções. Muitas vezes a pequenez da vivência partidária faz com que algumas pessoas não tenham a menor consciência do que significa a política.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador) – Deputado Reguffe, eu, em realidade, preciso, nesta introdução desse generoso aparte que V.Exa. me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

concedeu, observar que a nossa formulação constitucional fundamenta a democracia em uma democracia pelos partidos. Então, os partidos são agremiações que debatem e que decidem sobre políticas públicas. Sob a ótica institucional, este é o melhor pensamento: que haja democracia interna partidária, que se assumam posições – às vezes não as ideais. Eu, por exemplo, devo dizer a V.Exa. – Deputado Paulo Tadeu muito sabe – que na formulação dos nossos delegados nesse final de semana, nós fomos derrotados, mas derrotados apenas circunstancialmente, porque tenho a compreensão de que o PT tomou uma decisão em prol da sociedade do Distrito Federal. Eu não posso, porque ali circunstancialmente era contrário àquilo, colocar os nossos interesses, os interesses do nosso mandato, daquilo que vemos, acima dos interesses coletivos partidários.

De maneira que defendo a tese do fortalecimento dos partidos, acompanhado evidentemente da democratização, um partido não pode ser familiar, ou seja, ter um sobrenome apenas, e o partido não pode ser de formação vertical, stalinista, em que as direções centrais formem as direções intermediárias. Isso não é mais admissível entre nós. Isso não é mais possível entre nós. Agora, é preciso que haja debate e que vença a maioria interna. Isso não quer dizer — noto que V.Exa. está magoado com seu partido — que um partido não deva, pela compreensão que tem da sociedade, deixar de valorizar um mandato da estatura do que V.Exa. cumpre nesta Casa. O serviço que V.Exa. presta à sociedade do Distrito Federal, o serviço que V.Exa. presta à família do Distrito Federal, o serviço que V.Exa. presta à juventude do Distrito Federal e a todos aqueles e a todas aquelas que acreditaram em V.Exa. tem uma dimensão, que qualquer partido, com certeza absoluta, gostaria de ter V.Exa. em seus quadros. Eu já disse várias vezes a inúmeros colegas e a V.Exa. que nós, do Partido dos Trabalhadores — está aqui o nosso Líder, Deputado Paulo Tadeu, que chancela o debate —, que tínhamos orgulho de ter aqui um companheiro de bancada de oposição da estatura de V.Exa. De maneira que, se de um lado eu aparteio para reiterar o meu compromisso com o fortalecimento dos partidos, de outro quero dizer a V.Exa. que, com certeza absoluta, haverá o partido de V.Exa., que tem luz e Leonel Brizola, de respeitar e de valorizar figuras públicas como V.Exa., que certamente configuram exceções no cenário nacional. Obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Chico Leite, eu agradeço o aparte e quero dizer a V.Exa. e ao Deputado Paulo Tadeu, dois membros da bancada do PT, que, se um dia o PT decidir fechar a questão numa posição e a consciência de V.Exas. apontar num outro caminho, sigam o outro caminho, sigam a consciência de vocês.

Eu não sou contra a existência de partido político, ele é importante do ponto de vista ideológico, mas não pode servir como opressão de consciências e para favorecer, de forma intrapartidária, mais A do que B, seguindo mais interesses do que ideias. A política tem que ser feita baseada em ideias, não baseada em interesses. O que se vê, hoje, no nosso modelo partidário, são cúpulas partidárias só atrás de “carguinhas”, para apoiar o Governo A ou o Governo B em troca de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

cargo aqui ou de um cargo ali, e, dentro do partido, as cúpulas querendo favorecer aqueles que podem, talvez, ser os maiores corretores disso junto aos governos e não aqueles que vão defender um pensamento político-ideológico coerente, de acordo com os princípios da honestidade e da probidade.

Eu penso que os partidos devem existir, sim, e devem ter as suas ideologias e defender as suas posições. Agora, também deve ser permitido à pessoa ser candidata sem ser filiada a um partido. Isso, na minha opinião, sim, seria democracia. Isso, sim, seria liberdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto se algum Líder de bloco partidário gostaria de fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, eu quero, inicialmente, reforçar aqui as palavras do Deputado Raimundo Ribeiro na semana passada, num momento importante da nossa sessão, quando S.Exa. fez algumas considerações a respeito do Projeto Passe Livre Estudantil. Para minha surpresa, ou melhor, para minha estranheza, depois daquela sua intervenção, Deputado Raimundo Ribeiro, o que se assistiu nos principais jornais do Distrito Federal foi a divulgação de matérias com relação ao transtorno que está sendo levado para a população através de uma empresa chamada Fácil, que de fácil só tem o nome porque o resto, para a população e para os estudantes, é algo assim impressionante para não dizer criminoso, criminoso, Deputado Milton Barbosa! Talvez fácil seja o lucro, Deputado Chico Leite, que os empresários ou meia dúzia de empresários ganham em cima do transporte público de Brasília. Transporte que deveria ser público, Deputado Reguffe, mas que hoje é um transporte privado, privado! A concessão pública desse serviço perdeu completamente o sentido se invertendo a lógica de uma concessão pública, em que o empresário manda mais que o próprio Estado e que o Governo.

Ora, esta Casa se debruçou em relação à questão do passe livre durante meses e meses, aliás, durante anos, anos e anos! Num primeiro momento, esta Casa aprovou o chamado passe estudantil, no qual um terço – talvez boa parte da população não saiba, boa parte da imprensa também não tenha conhecimento – desse chamado passe estudantil era pago pelo próprio estudante; e dois terços do valor do passe, do vale-transporte, quem paga? Quem paga não é o empresário e nem é o Governo, quem paga é o próprio usuário, porque está diluído dentro da passagem de ônibus, no preço final. Esses dois terços subsidiam, portanto, o passe estudantil.

A proposta de passe livre tinha na nossa pasta e tem até hoje o apoio total, porque é uma luta do movimento estudantil. Ela não é uma luta de um ou de outro Parlamentar, de um ou de outro partido, ela é uma luta histórica, inclusive



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

internacional. Ora, o Governo então apresentou uma proposta, uma proposta na qual, apesar dos seus defeitos, esta Casa fez uma série de modificações para melhor, aprovou o Projeto do Passe Livre e o estendeu inclusive para os deficientes, portadores de deficiência. Ninguém pode negar a importância e a condição da pessoa com deficiência, Deputada Erika Kokay. Só que em seguida, com o estouro da Caixa de Pandora, surgiu uma acusação de que Deputados estariam recebendo propina para votar a emenda do chamado passe livre para as pessoas com deficiência.

Eu quero dizer que sou favorável ao passe livre para as pessoas portadoras de deficiência e que sou radicalmente contrário a que isso signifique pagamento de propina para quem quer que seja; mesmo para a aprovação do passe livre, que é uma luta histórica, Deputado Raimundo Ribeiro. Não dá para agora diminuí-la, não dá agora para transformar a luta do passe livre em mera política assistencialista, em mera política assistencialista! Não é esse o objetivo do passe livre. Agora, o que me estranha, Deputado Wilson Lima, Presidente desta Casa, é que colocaram para administrar o passe livre exatamente os empresários, o que significa dizer - como o ditado popular, Deputado Chico Leite - que "colocaram as formigas para cuidar do açúcar" ou, mais popularmente conhecido, "a raposa para cuidar dos galinheiros"! E agora os empresários metem a mão no passe livre e os estudantes é quem têm que pagar por isso.

Ora, eu quero dizer, Presidente desta Casa, Deputado Reguffe, que o Governo não apresentou a esta Casa nenhuma planilha, e a lei aprovada por esta Casa determina que o Governo do Distrito Federal tem que publicar a planilha de utilização do passe livre. Cadê a planilha de utilização do passe livre? Quantas pessoas efetivamente usaram? Quanto se pagou? Ora, se há uma pessoa com um cartão de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), há um cartão da empresa Fácil, do Sr. Wagner Canhedo, com R\$ 2.000,00 (dois mil reais), isso é uma tremenda irregularidade. Ora, ninguém poderia por lei ter um bilhete de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Portanto, eu quero chamar a atenção e parabenizar V.Exa., Deputado Wilson Lima, parabenizá-lo mesmo, porque li uma declaração de V.Exa. no jornal, em que V.Exa. disse categoricamente: "Nada aqui será aprovado a toque de caixa, tudo terá que ser debatido, tudo terá que ser transparente, pois é assim que tem de ser".

Então, queremos que o Governo, que já enviou para esta Casa um novo projeto do passe livre, apresente as planilhas de utilização, Deputado Raimundo Ribeiro, para verificarmos quanto foi gasto, para quem foi pago, como foi todo esse processo, para que não aprovemos aqui algo que prejudique as famílias.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, no meu discurso eu me centrei na questão do partido político, mas quero falar um pouco sobre a questão do passe livre.

Primeiro, eu quero dizer que concordo integralmente com o discurso de V.Exa. Algo que precisa ser discutido nesta Casa é essa questão de concessão de serviço público. Concessão de serviço público não é propriedade. Se a empresa não está prestando o serviço a contento para a sociedade, tem-se que cassar a concessão dessas empresas. A população inteira do Distrito Federal considera o serviço de transporte público oferecido de péssima qualidade. Por que entra ano e sai ano e continuam as mesmas empresas? Por que não se cassa a concessão dessas empresas de ônibus?

Com relação ao passe livre, que é uma política social praticada no mundo inteiro, visando a quem estuda e a quem não tem condições financeiras de ir à escola, de ter acesso à escola por meio de transporte, isso tem que ser feito retirando-se do lucro dessas empresas. Tem que haver uma contrapartida dessas empresas e não do governo, e não da sociedade, porque o governo é a sociedade, é o contribuinte. Quem tem que fazer isso são as empresas e não o governo. As pessoas dizem: “Vai quebrar o governo”. Vai quebrar o governo? Não, isso tinha que sair das empresas. Há um contrassenso e uma questão que deveria ser bem analisada.

Muito obrigado pela benevolência quanto ao tempo concedido.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte.

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão.) – Deputado Paulo Tadeu, eu pedi a palavra para me filiar ao entendimento de V.Exa. na manifestação de agora e adicionar um dado.

Em outubro de 2007 e início de 2008, eu estava como Secretário de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania, e essa empresa, ironicamente chamada de Fácil, já criava problemas para o Governo. Nós já denunciávamos fatos naquela época, mas infelizmente não sabemos por que essa empresa permanece. E o pior é que vai a público se colocar na posição seguinte: “Acabou o dinheiro, eu não vou mais”. Para nossa estranheza – e hoje tive a oportunidade de ver o Governador se manifestando também –, o Governo apenas coloca a empresa como não recebendo o dinheiro e fica a população praticamente mendigando aquilo que é direito dela, um direito que foi reconhecido por todo nós aqui. Se existem erros, e devem existir erros na gestão, que se corrija. O que não se pode é permitir que um pai de família saia da sua casa em busca do passe livre para os seus filhos e não consiga obter uma solução satisfatória.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. sabe que, juntamente com V.Exa. e com outros companheiros, nós lutamos por isso há muito tempo. V.Exa. capitaneou essa luta. Na realidade, se há – e nós ouvimos um ex-senador nesta Casa, parece-me que o Ministério Público até instaurou o procedimento – se há acusação e se houver fundamentos probatórios, que sejam processados e punidos, ou processadas e punidas, aqueles que tenham culpa em atos ilícitos. E isso não pode, nunca, inviabilizar uma luta e um direito da sociedade.

Aliás, eu sempre disse sobre esse debate, há muito tempo, que a matéria passe livre não é de transporte, e não deveria ser assim tratada. Ela é de educação, é por isso que há o passe livre. A tese do passe livre é de matéria educacional, voltada à escola, à biblioteca; não é de transporte. Senão fica parecendo mera gratuidade, cortesia com o chapéu do recurso público, coisa com a qual nós não concordamos. A matéria é de educação, e o fundamento foi esse.

Agora, o que me parece é que, quando um governo não quer resolver as coisas, ele terceiriza, privatiza, quarteiriza, ele passa para alguém. E a lógica da iniciativa privada é a do lucro, não é a do ser humano ser prioritário.

A minha impressão é que nós deveríamos estudar aqui, a Casa toda, não apenas a nossa bancada, a convocação da Secretaria de Transporte para prestar esclarecimentos acerca dessa matéria. Essa matéria precisa ser resolvida. E nós aqui temos hoje uma responsabilidade ainda maior, na modesta avaliação, porque essa foi uma das iniciativas que partiu desta Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU – E, para terminar, Sr. Presidente, eu quero falar sobre três questões que são fundamentais.

A primeira é que eu acho muito grave, Deputado Alírio Neto, que ainda hoje os empresários ficam com os 3% que deveriam ser destinados ao DFTRANS para fiscalização do sistema. Os 3% que deveriam ficar, portanto, com o Poder Público, continuam na mão dos empresários. Aliás, o Deputado Reguffe falou muito bem. Eles não dão nenhuma contrapartida com relação a essa questão, usam o serviço público, lucram milhões e milhões de reais e não há nenhuma contrapartida.

A segunda questão que eu acho que é fundamental, Sr. Presidente, Deputado Rôney Nemer, Deputado Raad Massouh e Deputado Geraldo Naves, não veio no projeto nenhuma planilha e nenhum dado dizendo o que aconteceu, ou quanto se gastou. É interessante o fato de que gastar determinado valor com outras rubricas pode, com o passe livre não pode.

Por fim, quero aqui propor – e já assinei – a V.Exa., ao Deputado Alírio Neto, ao Deputado Geraldo Naves, ao Deputado Raad Massouh e a todos os Deputados



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

que assinem o pedido para uma comissão geral para essa semana, quinta-feira, para discutirmos o passe livre, para sabermos o que está acontecendo. E a partir daí, definirmos uma política nessa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo concedido, porque acredito que isso é fundamental para que possamos restabelecer a verdade com relação ao passe livre.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência solicita a compreensão de todos os Deputados e Deputadas para que possamos suspender a sessão a fim de receber a visita da Delegação da Província de Western Cape, África do Sul, à Câmara Legislativa do Distrito Federal. São os Deputados da Assembleia Legislativa de Western Cape.

(Suspensa às 16h03min, a sessão é reaberta às 16h15min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a presente sessão ordinária.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

O Deputado Reguffe já fez uso da palavra.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, durante 1 ano e 6 meses, estivemos à frente dos programas habitacionais do Distrito Federal. Nesse período, pude conhecer de perto a realidade de nossa cidade. No ano de 2009, foi aprovado aqui nesta Casa o projeto de lei complementar que deu origem à Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que diz respeito ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial — PDOT. Sr. Presidente, a Lei Complementar nº 803, mesmo depois de aprovada, tem sido motivo de muita discussão nesta Casa, inclusive teve cerca de 60 pontos considerados inconstitucionais pelo Poder Judiciário.

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 146, de 2010, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que sugere a revogação total do PDOT, e, como membro da Comissão de Assuntos Fundiários, foi-me repassada a relatoria desta proposição. É nosso dever ter bastante cautela no trato desta questão polêmica, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

é o PDOT. Requisitei o desarquivamento da proposta original junto ao setor responsável desta Casa. Peço a V.Exa. que dê agilidade nesse desarquivamento para que os técnicos que estou indicando possam o mais rápido possível dar uma resposta à sociedade em relação ao PDOT. Solicitei também uma audiência com a promotora de justiça responsável pela matéria para que possamos ter uma posição clara do Ministério Público em relação ao PDOT.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a participação de todos os Parlamentares desta Casa, todos os membros da sociedade, da imprensa, que tenham interesse em discutir essa matéria e contribuir com ela. Gostaria de fazer logo aqui nesta Casa uma comissão geral para discutir esse projeto de lei do Partido dos Trabalhadores. De qualquer maneira, é um tema relevante, cuja relatoria está comigo. Eu gostaria que V.Exa. me ajudasse nesse sentido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputado Paulo Roriz. V.Exa. sabe que pode contar com nossa agilidade e celeridade.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu, autorizada por meu Líder, falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, que impetrou ação para revogar o PDOT porque o projeto carrega vícios de metodologia e carrega vícios de mérito também. A sentença estabelecida, a inconstitucionalidade em 60 artigos, não elimina todos os vícios na construção deste PDOT. Nós aprovamos o PDOT sem mapas, apenas com croquis; nós aprovamos um PDOT sem poligonais. Acho que isso assustaria o Brasil inteiro, saber que a Capital da República aprovou a revisão de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial sem poligonais. Nós questionamos na época que as poligonais teriam entrada nesta Casa 90 dias após a publicação do PDOT, mas isso foi vetado – e o veto foi mantido – pelo Governador do Distrito Federal.

Sei que o PDOT, na sua revisão, traz reivindicações e correções absolutamente justas para vários segmentos da sociedade, mas nós não podemos tratar um instrumento tão valioso previsto como a pactuação entre a sociedade, o corpo técnico e o Estado, nas suas mais variadas expressões, desta forma como foi tratado o PDOT aqui nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está absolutamente de acordo para trazermos essa discussão com o corpo técnico e com as diversas representações dos atores que construíram uma visão sobre o PDOT a fim de esta Casa poder se posicionar. Vamos elaborar um requerimento para ser assinado pelo conjunto dos Parlamentares, se não nesta quinta-feira – porque queremos votar ainda nesta sessão de hoje a comissão geral para discutirmos o passe livre –, na outra quinta-feira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

A posição da bancada do Partido dos Trabalhadores já é clara, ela se expressa no próprio projeto. Há que se revogar o PDOT para se construir um que não seja este PDOT no qual se fala de manchas de terra perto de DFs, para que se mude, por exemplo, a destinação e essas áreas passem a ter uma supervalorização do dia para a noite. Acho que a sociedade, a legislação, o Estatuto das Cidades, a Lei Orgânica, a Constituição deste país exigem desta Câmara um posicionamento que seja absolutamente harmonioso com as intenções e com a construção de um ordenamento territorial.

Digo ainda, Sr. Presidente, que outra discussão que esta Casa tem de fazer é a do passe livre. A Comissão de Assuntos Sociais, inclusive, já aprovou uma audiência pública que poderá se tornar desnecessária frente à comissão geral com a finalidade de discutir esse assunto que deveríamos aprovar no dia de hoje para a próxima quinta-feira.

Não podemos mais ficar passivamente vendo o que está acontecendo com o passe livre, ficar vendo um direito assegurado aos nossos estudantes ser roubado no seu dia a dia, no seu cotidiano.

Não podemos permitir que a construção que esta Casa fez, desde os seus primórdios, para que tivéssemos o passe livre – já que não temos um transporte público... Disse bem o Deputado Paulo Tadeu. Temos um transporte coletivo, mas se paga por ele. É diferente da saúde pública, pela qual não se paga; é diferente da educação pública, pela qual não se paga; quanto ao transporte, paga-se por ele. Para que tenhamos aqui uma discussão que possa fazer valer a construção desta Casa e possamos de fato tornar o passe livre uma realidade.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de lembrar que o dia de hoje, 18 de maio, é um dia que carrega uma importância imensa e 2 marcos fundamentais. Dezoito de maio é o Dia Nacional de Luta Antimanicomial, um dia de luta pela reforma psiquiátrica para que não tenhamos manicômios, para que possamos fazer que Brasília saia do vergonhoso *ranking* de estar em último lugar do País em atenção à saúde mental.

Hoje, 18 de maio, também é o Dia Nacional de Combate à Exploração e ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Digo que essa realidade não pode mais ficar invisível. Ontem tivemos a oportunidade de ver uma peça promovida pelos estudantes da Universidade de Brasília que retratava o fruto de uma pesquisa feita por iniciativa de uma audiência pública desta Casa. Na pesquisa que realizamos, temos o depoimento de crianças e adolescentes que são vítimas da exploração sexual aqui no Distrito Federal. Vimos o depoimento de crianças e adolescentes que carregam a marca do abuso na alma, que carregam a marca do abuso no corpo.

São fatos que acontecem nesta cidade, que aconteceram no Distrito Federal, que aconteceram no epicentro da Capital da República, fatos, inclusive, muitas vezes denunciados pela imprensa. Está acontecendo uma lógica que não pode continuar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

invisível e por isso precisamos que o Governo implemente o plano já construído e já aprovado de enfrentamento à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Que o governo faça valer o que tem a nossa Constituição. Criança e adolescente, prioridade absoluta.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação a V.Exa. Eu gostaria de saber da possibilidade de reunirmos os Líderes de partidos para definir uma pauta nesta Casa, porque, se houver discussões como as que estão acontecendo, nós não chegaremos a canto nenhum. Há vários projetos polêmicos, como o do passe livre, que a Deputada Erika Kokay e outros Deputados expuseram aqui. Precisamos sanar essas dúvidas, acatar emendas – se forem necessárias –, a fim de que possamos atender a essa comunidade. O que não pode é a Casa entrar dia após dia sem que nos debrucemos sobre as matérias, sem que nós as discutamos e as aprovemos.

Faço este apelo a V.Exa.: que convoquemos os Líderes para definir uma pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Aguinaldo de Jesus, ora apresentado como Líder do Governo nesta Casa, nós convidamos todos os Deputados para estarem aqui, hoje, às 14 horas. V.Exa. também foi convidado, seu gabinete foi avisado. No entanto, os Deputados não compareceram para tratar da pauta propriamente dita.

Vou atender à solicitação de V.Exa. e pedir a todos que, na tarde de amanhã, às 14 horas – e V.Exa., por favor, faça este comunicado à bancada do Governo nesta Casa –, estejam todos presentes na sala de reuniões, ao lado da Presidência, para tratarmos do assunto que V.Exa. acaba de solicitar.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Eu agradeço, Sr. Presidente, mas quero ressaltar à V.Exa. que o comunicado que chegou a minha pessoa e a alguns Parlamentares foi o de que receberíamos uma comissão da África e que iríamos discutir essas matérias após atendermos a essa comissão. Portanto, a ideia de sentarmos com Líderes para definirmos uma pauta não ficou muito clara.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não será apenas uma reunião com os Líderes, mas com todos os Deputados. Estou convidando todos os Parlamentares.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Agradeço V.Exa. por convocar todos, amanhã, às 14 horas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência gostaria de fazer um comunicado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Na sessão ordinária de 05/05/2010, a relatora da CAS, Deputada Erika Kokay, deixou de se manifestar sobre as Subemendas de Plenário de segundo turno nºs 2, 3 e 4 ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, que trata dos quiosques. Isso está impedindo a conclusão do processo legislativo quanto à elaboração da sua redação final.

Assim, em adendo, solicito à Deputada Erika Kokay que, pela CAS, manifeste parecer sobre as referidas subemendas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às Subemendas de segundo turno nºs 2, 3 e 4 ao Projeto de Lei nº 1.312, 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º, 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta – Portaria GMD nº 16, de 29 de março de 2010 – com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008”.

Somos favoráveis às subemendas.

Portanto, Sr. Presidente, no momento de oferecer o parecer oral, nós não nos posicionamos acerca das 3 subemendas. Tem razão a redação final ao exigir esse posicionamento. Nós nos posicionamos, neste momento, favoravelmente às 3 subemendas ao referido projeto.

É este o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aprovado com a presença de 13 Deputados o parecer da CAS sobre as subemendas, até então sobrestando a redação final.

Com a manifestação da CAS, determino a juntada ao processo das notas taquigráficas deste parecer, ao tempo em que ratifico, caso não haja manifestação em contrário, a sua votação em segundo turno, assim como a apreciação da redação final, na folha nº 37 do referido processo.

Esta Presidência pergunta se há concordância dos senhores Deputados e das senhoras Deputadas em não mais usarem da palavra para que possamos entrar na Ordem do Dia para apreciarmos os vetos da pauta. (Pausa.)

Nenhum Deputado ou Deputada se manifestou em contrário. Então, passaremos à apreciação dos vetos. Naquilo em que houver acordo votaremos. Naquilo em que não houver acordo poderemos passar adiante ou votar. Mas que apreciemos os vetos.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pequena ressalva com relação aos fatos que aconteceram na 214 Sul, onde uma pessoa foi agredida por jovens que estavam levando a sua diversão em um som elevado, exatamente em um posto de gasolina. Esse fato ocasionou quase uma tragédia. Uma pessoa ser espancada daquela forma por reclamar do seu direito de poder dormir, eu considero isso uma tragédia. Então, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar essa observação.

Gostaria também de colocar que esse tema já foi discutido. Eu mesmo já fiz um pronunciamento nesta Casa de que Brasília tem que começar a se preocupar um pouco com os moradores das suas quadras. Temos que nos preocupar em fazer um local de forma a que possamos retirar com dignidade os comerciantes donos de música ao vivo e de boates de dentro das entrequadras de Brasília. Falo isso porque hoje todo mundo em Brasília tem a mesma reclamação: é o barulho, é o barulho e é o barulho que incomoda a todos. E, antes que isso vire uma nova tragédia, eu gostaria que o Governo se posicionasse e começasse a tomar uma providência para arrumar um local que seja melhor para os comerciantes e em que seja observado também o direito do cidadão de poder dormir, de poder chegar a sua casa e ter a sua vaga de estacionamento preservada. Eu acho que Brasília está crescendo e está evoluindo. Então, chegou o momento de fazermos o nosso setor gastronômico com dignidade, de forma a agradar os empresários e os moradores. Então, que essa agressão sirva de exemplo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raad Massouh, eu aprovei nesta Casa, juntamente com os senhores, a Lei do Silêncio. E a Lei do Silêncio veio para corrigir todas essas distorções. As Administrações estão obrigadas a concederem os alvarás de funcionamento mediante o cumprimento das exigências, inclusive com o devido isolamento acústico do estabelecimento. Regra que deve ser seguida inclusive pelas igrejas. Então, pode muito bem o comércio funcionar, e nós não podemos tirar o comércio, mas fazer com que ele respeite e cumpra as leis, instalando o isolamento acústico. Dessa forma, podem funcionar tanto o comércio quanto as igrejas sem nenhum problema. Agora, o que aconteceu foi uma barbárie. Foi por falta de ação do Governo de corrigir essas distorções e também em não cumprir a lei que foi aprovada nesta Casa, pela qual tanto o povo hoje clama, que é a Lei do Silêncio.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos fazer um pedido, mas eu vou deixar que a Deputada Erika Kokay fale sobre o assunto e o peça no meu nome. Sr. Presidente, obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu conversava com o Deputado Raad Massouh para que, juntamente com a bancada do Partido dos Trabalhadores, pudéssemos realizar uma audiência pública e que dessa forma pudéssemos convidar o IBRAM, a AGEFIS. Porque V.Exa. tem razão ao dizer que já existe uma legislação que assegura o direito dos moradores. O que não podemos é ter esse nível de incomodidade. Às vezes nós temos a impressão, Deputado Milton Barbosa, que dizem para nós moradores “se retirem, vocês estão incomodando”. Os moradores que têm o nível de incomodidade absolutamente conflitante com a lógica do Estatuto das Cidades, que é construir nas cidades um lugar onde a gente se encontra.

Sr. Presidente, sugiro primeiramente que aprovemos os requerimentos, são os itens nºs 25 ao 29: o da Comissão Geral, a fim de que possamos organizar a próxima quinta-feira para a discussão do passe livre; bem como a aprovação de uma audiência pública para discutirmos o nível de incomodidade que está se abatendo sobre os moradores desta cidade, em função da poluição sonora, da poluição visual, da ausência de estacionamento, tudo aquilo que foi falado pelo Deputado Raad Massouh, que poderia ser de todos nós.

Por fim, Sr. Presidente, solicito apreciarmos o crédito 1.542, porque é um crédito de que várias entidades, vários segmentos da sociedade, estão precisando para poder cumprir a sua função social.

Sr. Presidente, sei que a pauta está bloqueada e sei que é preciso analisar os vetos, mas sugiro aos Líderes a apreciação dos itens nºs 25 ao 29, que trata de audiências públicas, da Comissão Geral e o crédito 1.542, porque várias entidades estão sob o risco de cessarem o seu trabalho social em função desse crédito. Portanto, precisamos do apoio dos Líderes, pois a pauta está bloqueada.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, sobre o problema da tranquilidade dos moradores, eu só queria, por uma questão técnica, dizer que não existe Lei do silêncio – não existe! Essa história de dizer que a Lei do Silêncio começa a vigorar a partir das 22h é uma concepção popular. Você não pode perturbar a tranquilidade alheia em qualquer horário! Você não pode jogar pedra no telhado dos outros! Então, o que é que está faltando? É os órgãos de fiscalização cumprirem a lei, prenderem, registrarem a ocorrência, processarem, mandarem para o juizado especial, fazerem o que for! É perder tempo aqui falar em Lei do Silêncio, porque ela não existe!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 91, de 20/05/2010, juntamente com a ata sucinta da 41ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, requerimento de autoria de vários Deputados que será lido pelo Sr. Secretário.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.060, de 2010, de autoria de vários Deputados, que “requer a transformação em comissão geral da sessão ordinária do dia 20 de maio de 2010, quinta-feira, para debater o Projeto de Lei nº 1.573, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo”.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Esta Presidência informa que passaremos à apreciação dos itens nºs 25 a 30.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se houver alguma votação, solicito a V.Exa. que, se possível, inclua o item nº 22, pois já há três moções que estão atrasadas, inclusive duas minhas e uma ou duas do Deputado Dr. Charles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 22:

Discussão e votação, em turno único, das Moções nº 529/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pelo envio de oficiais à Cidade de Porto Príncipe, no Haiti, para ajudar no resgate das vítimas do terremoto que atingiu a ilha”; nº 530/10, que “hipoteca votos de pesar pelo falecimento de Zilda Arns Neumann, médica, sanitária e integrante do movimento pastoral”; nº 533/10, que “hipoteca votos de pesar pelo falecimento de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Ernesto Silva, médico, professor e pioneiro”; nº 534/10; que “parabeniza o cabo da Policial Militar Josecy Henrique da Silva Neto pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal”; nº 535/10, que “hipoteca votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as pessoas que menciona”; nº 536/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Nova Colina, as pessoas que menciona”; nº 537/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Granja do Torto, as pessoas que menciona”; nº 538/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”; nº 541/10, que “parabeniza, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, os escoteiros que menciona”; nº 542/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza a senhora Tereza Ondina Maltese pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em especial ao Centro Educacional nº 2, antigo ginásio do Guará”; nº 543/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as pessoas que menciona da Região Administrativa do Varjão - RA XXIII”; nº 545/10, que “manifesta o reconhecimento desta casa de leis ao Sr. Marco Antônio Silva Nogueira pelo gesto exemplar que realizou em 22 de março de 2010”; nº 546/10, que “manifesta votos de louvor ao delegado Jurandir Teixeira Pinto, da 14ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal”; nº 547/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal/SLU”; nº 548/10, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona da Região Administrativa de Sobradinho - RA V”; e nº 549/10, que “parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Brasília, os profissionais da saúde que menciona”, respectivamente de autoria dos Deputados Eliana Pedrosa, Erika Kokay, Cabo Patrício, Jaqueline Roriz, Raad Massouh, Dr. Charles, Paulo Roriz e Paulo Tadeu.

Item nº 25:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.018, de 2010, de autoria de vários deputados, que “requer a realização de audiência pública para debater sobre os problemas que afetam o futebol amador da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX”.

Item nº 26:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.019, de 2010, de autoria de vários deputados, que “requer a realização de audiência pública para tratar sobre a infraestrutura e serviços básicos a serem implantados nos setores habitacionais Sol Nascente e Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Item nº 27:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.044, de 2010, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a realização de audiência pública no dia 20 de maio de 2010, às 10h, no plenário da Câmara Legislativa, para debater sobre o Plano de Enfrentamento de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".

Item nº 28:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.045, de 2010, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a realização de audiência pública no dia 25 de maio de 2010, às 10h, no plenário da Câmara Legislativa, para discutir a saúde mental no Distrito Federal".

Item nº 29:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.049, de 2010, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "requer a realização de audiência pública no dia 19 de maio de 2010, às 19h, no plenário da Câmara Legislativa, para debater a situação da área localizada na 710 Norte destinada à construção de um jardim de infância".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.054, de 2010, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que "requer a realização de sessão solene no dia 20 de maio de 2010, às 19h, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, em comemoração a seu cinquentenário".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que coloque em votação o Projeto de Lei nº 1.542, que se refere ao crédito, tendo em vista que ele já passou pela CEOF e que agora foram acrescentadas apenas algumas emendas de Parlamentares, todas já verificadas. Estas apenas mudam de lugar emendas de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esse Projeto nº 1.542 é aquele do crédito do Metrô, alguma coisa dessa natureza, que tem uma contrapartida?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não. É o crédito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – No valor de quanto?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – No valor de R\$ 13.205.000,00 (treze milhões e duzentos e cinco mil reais).

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem.

Item nº 20:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.542, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.205.000,00 (treze milhões e duzentos e cinco mil reais)”.

Já foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas há algumas emendas de plenário, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Na ausência do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Presidência designa a Deputada Eliana Pedrosa para emitir parecer sobre as Emendas nºs 107 a 127.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. pode proferir o parecer? (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Lei nº 1.542, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.205.000,00 (treze milhões e duzentos e cinco mil reais)”.

Sr. Presidente, as emendas apresentadas aqui no plenário são de Parlamentares e todas elas fazem mudanças do destino dessas emendas, que anteriormente teria sido aprovado no projeto da Lei Orçamentária Anual do ano passado. Portanto, passo a ler aqui apenas o número da emenda e seu autor: Emenda Aditiva nº 107, do Deputado Rôney Nemer; Emenda Aditiva nº 108, do Deputado Paulo Roriz; Emenda Aditiva nº 109, do Deputado Paulo Roriz; Emenda Aditiva nº 110, do Deputado Paulo Roriz; Emenda Aditiva nº 111, da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda Aditiva nº 112, do Deputado Aylton Gomes; Emenda Aditiva nº 113, do Deputado Geraldo Naves; Emenda Aditiva nº 114, do Deputado Geraldo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Naves; Emenda Aditiva nº 115, da Deputada Eliana Pedrosa; Emenda de Plenário nº 116, do Deputado Benedito Domingos; Emenda Aditiva nº 117, do Deputado Benedito Domingos; Emenda Aditiva nº 118, do Deputado Benedito Domingos; Emenda nº 119, da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 120, da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 121, da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 122, da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 123, da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 124, da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 125, da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 126, da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 127, da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, não havendo nenhum óbice de caráter orçamentário ou financeiro, somos favoráveis às emendas aqui apresentadas pelos nobres Parlamentares.

É esse o nosso parecer em nome da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Esta Presidência informa que há destaque das Emendas nºs 3, 82, 53 e 69.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, em minha questão de ordem, solicitar destaque da Emenda nº 56, aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já mencionei essa emenda, Deputado Aylton Gomes.

Passa-se a apreciação do projeto em primeiro turno, sem prejuízo da parte destacada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Passa-se à votação, em separado, das Emendas nºs 3, 82, 53, 56 e 69 apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.542, de 2010. (Pausa.)

Em votação.

Os Deputados que aprovam as emendas destacadas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas destacadas foram rejeitadas com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que fosse consignado meu voto contrário ou, pelo menos, minha declaração contrária nas notas taquigráficas, por apenas não concordar com esse método. As emendas parlamentares são uma prerrogativa de cada Parlamentar, mas eu não considero correto que um crédito com o valor original de 13 milhões pule para 63 milhões com as emendas. Penso que não deveria ser esse o caminho, não deveria ser esse o método. Por discordar do método, eu quero aqui registrar a minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Fica registrada a posição de V.Exa., Deputado Reguffe, mas não vai ser alterada a votação, porque esta Presidência já havia proclamado o resultado, tanto é que votamos até os destaques.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou a convocação do Diretor-Geral do DER, Sr. Tanezini, para prestar esclarecimentos acerca dos concursados daquele órgão.

No prazo previsto de 30 dias, o Sr. Tanezini não compareceu a esta Casa e mandou um representante. Não compareceu sem nenhum tipo de justificativa, Sr. Presidente. Isso, pelo Regimento Interno desta Casa, é uma atitude que possibilita uma condenação por crime de responsabilidade.

Eu apenas digo para V.Exa. que a Comissão de Assuntos Sociais, reunida na última quinta-feira, deliberou encaminhar para a Mesa Diretora a discussão da questão, ou seja, o desrespeito do Sr. Tanezini por esta Casa Legislativa, ao não comparecer, na condição de convocado que foi. O Sr. Tanezini não compareceu, encaminhou um substituto. Isso não cabe pelo Regimento, pois foi convocado e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

portanto, teria que vir. O Regimento é claro ao dizer que, ao não vir, sofre ou pode sofrer uma ação por crime de responsabilidade, implementada pela Mesa Diretora.

Então, Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais, por maioria dos seus membros presentes na reunião, encaminhou a questão para a Mesa Diretora, para que ela tome as providências necessárias. Não podemos permitir que quem quer que seja desrespeite esta Casa e rasgue o seu Regimento. É óbvio que, se o Sr. Tanezini se comprometer a vir a esta Casa prestar os esclarecimentos necessários, nós não teremos por que entrar com a ação de crime de responsabilidade. Contudo, eu gostaria que a Mesa Diretora ou V.Exa., na condição de Presidente desta Casa, pudesse entrar em contato com o Diretor-Geral do DER para dizer que a sua postura desrespeita este Regimento e que há a possibilidade de processá-lo por crime de responsabilidade. Só isso, Sr. Presidente, porque não se pode permitir isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Foi na Comissão que V.Exa. o chamou?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Foi aprovado pela Comissão. No fim dos 30 dias, ele encaminhou um representante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei, mas ele seria ouvido na Comissão?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Seria ouvido na Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem. Nós vamos fazer as negociações necessárias para ver se o Presidente do DER vem a esta Casa, vem à Comissão. V.Exa. passe a data para nós, por gentileza.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ele já não veio na data prevista.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas e a próxima data, já há?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Podemos sugerir uma próxima data para que ele venha. Senão, Sr. Presidente, a Mesa Diretora tem que entrar com uma ação de crime de responsabilidade. Nós não estamos brincando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. pode ter certeza de que a Mesa não se furtará.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Muito bem, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço ao Deputado Geraldo Naves que ajude a secretariar os trabalhos da Mesa Diretora.

Há um item extrapauta do Deputado Raimundo Ribeiro, que vai entregar um Título de Cidadão Honorário de Brasília esta semana, e que já passou por todas as Comissões.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à irmã Ilze Kleinubing”.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília à irmã Ilze Kleinubing”.

O parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão em turno único o Projeto de Decreto Legislativo nº 360. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é nada contra as pessoas. Apenas para justificar, eu votarei de forma contrária apenas por coerência, como sempre procedi nesta Casa desde o meu primeiro dia como Parlamentar. Por ser contra a entrega de título de cidadão honorário, votarei contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados, com voto contrário do Deputado Reguffe.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília à irmã Ilze Kleinubing".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, são três questões de ordem. A primeira se refere a uma indagação. Como nós aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais, comissão de mérito, uma série de sugestões de PDLs, Projetos de Decreto Legislativo, eu gostaria de perguntar a V.Exa. se é possível nós os apreciarmos, já com parecer da CCJ, em plenário no dia de amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço a V.Exa. que encaminhe à Mesa, à Assessoria da Mesa, os projetos de decreto legislativo. Eu acato o pedido de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Então, amanhã estamos encaminhando à assessoria da Mesa todos os PDLs aprovados na CAS para que possam ser apreciados aqui pela CCJ e plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, já serão colocados na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – A segunda questão de ordem, Sr. Presidente, diz respeito a um projeto de vários Deputados para realização de audiência pública em que será discutido o nível de incomodidade da população, tema sugerido pelo Deputado Raad Massouh. Nível de incomodidade - poluição sonora, enfim, tudo isso. A lei do silêncio e outros temas também serão discutidos. Então, gostaria de saber se é possível colocar esse projeto em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, encaminhe o projeto à Mesa para que sejam tomadas as providências.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – E a terceira questão de ordem é um pedido. Solicito que apreciemos hoje, se os Líderes concordarem, já em 2º turno e redação final, o crédito que nós aprovamos em 1º turno nesta sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 05 2010	15h30min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acato a solicitação de V.Exa. Não havendo mais nada a tratar, esta Presidência encerrará os trabalhos, convocando Sessão Extraordinária a se realizar imediatamente após esta para votação do PL 1.542, de 2010, sem prejuízo da pauta original.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h02min.)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 95-Suplemento, de 26/5/2010.